

XCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Autos n. 1.095.023 - Representação

**FILIFE FLÁVIO RODRIGUES**, brasileiro, divorciado, médico, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.813.686-17 e RG MG 13.085.236 / SSP/MG, residente e domiciliado a Rua Corinto, No 471 apto 601, bairro Serra, Cidade de Belo Horizonte MG, CEP: 30.220-310, vem respeitosamente à Vossa Excelência, por meio de sua procuradora legalmente constituída, Amanda Cristina Diniz de Resende, OAB/MG 124.693, onde recebe as devidas citações: [resendeamanda.adv@gmail.com](mailto:resendeamanda.adv@gmail.com) com endereço a Rua Patagônia, 116/802 Sion, Belo Horizonte MG, CEP 30320-080; propor

#### **MANIFESTAÇÃO EM FACE DE REPRESENTAÇÃO**

pelo por MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, já devidamente qualificado nos autos principais; diante dos substratos fáticos e jurídicos que passa a expor.

## **1 – DOS FATOS**

Trata-se de representação, com pedido cautelar, formulada pelo Ministério Público de Contas em razão de possível acúmulo ilícito de cargos, empregos, funções e proventos pelo Recorrente, no âmbito dos municípios de Matozinhos, Prudente de Moraes, São José da Lapa e Sete Lagoas, verificado por meio da execução da Malha Eletrônica de Fiscalização 01/2017, aprovada pela Portaria 86/PRES/17O Ofício-Circular n. 7.352 de 24/04/2018.

Assim, embasado ao resultado da referida Malha supracitada, notificou-se então os gestores responsáveis da existência de indícios de irregularidades e determinou aos órgãos contratantes tomassem medidas administrativas afim de que regularizassem a situação do servidor, ora, Recorrente.

De acordo com o relatório técnico requerido pelo Nobre Relator, afim de se esclarecer a presente denúncia, entendeu-se que os documentos apresentados pelos órgãos não permitem apurar, de modo completo, se houve prestações simultâneas, como alega a nobre representante do Ministério Público.

## **2 – DO DIREITO**

Ratifica-se que tão logo o Recorrente tomou conhecimento das notificações pelos órgãos supracitados, antes mesmo da instauração dos processos e de livre e espontânea vontade, rescindiu os contratos que mantinha junto as Prefeituras de Matozinhos/MG e Prudente de Moraes, bem como desligou-se do SAMU – Município de Sete Lagoas / MG. permanecendo somente com os outros 2 (dois) vínculos, sendo um no Hospital Municipal de Sete Lagoas/MG e o outro em São José da Lapa/MG. conforme documentos acostados.

Nesse sentido é imprescindível ressaltar que nunca houve incompatibilidade de dias e horários e que. Ademais, a unidade técnica, no relatório anexado à peça 10, entendeu que os documentos apresentados não permitem apurar, de modo completo, se houve prestações simultâneas.

Destaca-se o erro formal identificado na base de dados do CAPMG, onde os vínculos constam como de provimento efetivo, contudo, na realidade, os vínculos são decorrentes de caráter temporário. Assim, de acordo com o relatório técnico juntado aos autos, firmou-se o seguinte:

*“13. Visualiza-se, neste ponto, um equívoco nas informações constantes do CAPMG, especialmente no que toca à natureza jurídica dos vínculos entre a Prefeitura Municipal de Sete Lagoas e o Sr. Filipe Flávio Rodrigues. Na base de dados do CAPMG, os vínculos constam como de provimento efetivo, ao passo que, na realidade, os vínculos são decorrentes de contrato administrativo de prestação de serviços de caráter temporário.”*

Ocorre que fora comprovado nesta representação que o resultado da referida Malha Eletrônica de Fiscalização não possui verossimilhança com a veracidade dos fatos. A começar pelo Município de Prudente de Moraes, onde as remunerações do período apurado, tratava apenas de verbas rescisórias, o que ratifica que o mesmo não era mais funcionário deste órgão, não detendo cumulação de cargos como aduz a nobre representante do Ministério Público.

O Município de Prudente de Moraes, mas que no mês de outubro de 2017 (conforme de Acórdão 04/03/2021 deste Tribunal) **não recebeu remuneração a título de proventos mensais**, e que o valor recebido nesse mês de R\$ 22.591,98, se deu a título de verbas rescisórias.

Em 08/03/2021 a Prefeitura Municipal de Sete Lagoas publicou no diário oficial dando a notícia do arquivamento do processo administrativo conta este recorrente, ao qual demonstrou sua boa-fé em se desligar de demais prefeituras além de comprovar de que os plantões nunca coincidiram.

O Município de Matozinhos ratifica que não houve comprovação de danos ao erário, já que o processado teria recebido sua remuneração após ter exercido suas funções públicas, mas como o processado não teria interesse de continuar com vínculo administrativo com o Município de Matozinhos, tendo em vista o pedido de exoneração, que fora acolhido.

É, assim, de responsabilidade do agente público que der posse ou exercício ao servidor verificar a situação com relação à acumulação de cargos, sendo desnecessário reforçar que o gestor deve deferência às normas constitucionais e legais nos atos administrativos de admissão de pessoal.

Em análise de casos assemelhados, já decidiu esta Corte pela necessidade de melhor apuração dos fatos in loco, tendo em vista que, somente assim, seria possível aferir se a atividade foi efetivamente prestada ou se a irregularidade narrada teria aptidão para configurar danos ao erário. Confira-se:

REPRESENTAÇÃO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. MALHA ELETRÔNICA DE FISCALIZAÇÃO N. 1/2017. DETERMINAÇÃO ÀS PREFEITURAS ENVOLVIDAS PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO PARA APURAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONTRATADOS. DANO AO ERÁRIO. INSTAURAÇÃO DE TCE. MONITORAMENTO PELA UNIDADE TÉCNICA. 1. Considerando o limite da atuação do Tribunal de Contas por razão de circunstâncias fáticas na apuração de eventual dano ao erário, decorrente da acumulação de cargos públicos, verificada na execução da Malha Eletrônica de Fiscalização n. 1/2017, haja vista a dificuldade de se identificar qual serviço público não foi efetivamente prestado, configurandose “ação de fiscalização com eficácia limitada e custo-benefício do controle desfavorável”, impõe-se o indeferimento dos pedidos do Ministério Público de Contas para encaminhamento de mais documentação pelos gestores para análise por esta Casa. 2. Para maior celeridade e efetividade na apuração de eventual dano ao erário, pertinente à acumulação indevida de cargos públicos, determina-se a intimação dos gestores para que instaurem processo administrativo próprio para verificar, durante o período destacado nos autos, se a servidora prestou os serviços públicos para os quais foi admitida/contratada, devendo, caso comprovada a não execução da jornada pactuada, adotar as medidas indispensáveis ao ressarcimento dos cofres públicos. 3. Identificado o dano e esgotadas as medidas administrativas internas para ressarcimento ao erário, impõe-se ao município, sob pena de responsabilidade solidária, a instauração de tomada de contas especial, segundo o disposto no art. 245 do Regimento Interno, considerando a hipótese prevista no art. 47, IV, da Lei Complementar n. 102/2008, com encaminhamento ao Tribunal, observado o valor de alçada previsto no art. 1º da Decisão Normativa n. 1/2016 do TCEMG. (TCEMG, Primeira Câmara, Representação n. 1.088.887, Rel. Cons. Sebastião Helvécio, j. 23/06/2020)

A ausência de elementos para se quantificar o dano e a ausência de provas de que os serviços não foram prestados à administração municipal inviabiliza a determinação da devolução de valores ao erário ordenado aos municípios envolvidos que procedam à apuração do efetivo cumprimento dos serviços e de eventuais responsabilidades.

“Ou seja, os documentos apresentados não permitem apurar, de modo completo, se houve efetiva prestação dos serviços contratados. Para essa finalidade, por certo, as marcações eletrônicas de ponto se afiguram mais seguras que as marcações manuais, das quais não se pode, todavia, presumir a falsidade.”

Assim, o Recorrente em momento algum agiu em omissão, culpa ou dolo.

A determinação de ressarcimento do eventual dano ao erário apurado depende da “comprovação de que o trabalho não foi efetivamente prestado, adicionalmente, onde ele deixou de ser executado, o que em momento algum se comprova a ilegalidade.

Nessa esteira de raciocínio embora tenha havido o acúmulo dos cargos jamais houve prestação simultânea de serviços, merecendo destaque este aspecto, tendo em vista a moralidade pública em todas as condutas deste Servidor, ou seja, a ausência de dolo se mostra inquestionável justamente por NÃO HAVER COINCIDÊNCIAS NOS PLANTÕES.

Desse modo não há que se cogitar violação aos princípios norteadores do ar. 37 da CF/88 bem como da Lei de Improbidade Administrativa. uma vez que não houve dano algum ao ente Público, tratando-se somente de mera irregularidade não eivada de má fé, a qual. sobretudo. já fora sanada.

Por todo o exposto, pugna pela a absolvição sumária do Processado.

### **3) DOS PEDIDOS**

EX POSITIS, o Recorrente requer a Vossa Excelência a atender aos seguintes pedidos:

- 1) o recebimento do processamento da presente Manifestação, assegurando o princípio do contraditório e a ampla defesa;
- 2) o arquivamento do presente feito uma vez que restou comprovada a boa-fé do Recorrente, bem como a regularização do acúmulo de cargos nos termos da legislação vigente.

3) Caso o entendimento de Vossa Excelência for pela condenação, que seja aplicada a dosimetria da pena, uma vez que identificado a mera irregularidade, a mesma foi de fato sanada, não causando sequer danos ao erário; e ainda, dado o pequeno lapso temporal da

presumida irregularidade.

Nestes termos, pede deferimento;

Belo Horizonte, 02 de Agosto de 2022.

**AMANDA CRISTINA DINIZ DE RESENDE**

**OAB/MG: 124.693**